



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUFRAMA

**ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E
DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA – CAPDA**

DATA: 28 de setembro de 2009

HORA: 10h00

LOCAL: Auditório Floriano Pacheco, na sede da SUFRAMA, em Manaus/AM.

Membros presentes à reunião:

Marcos Vinícius de Souza - MDIC (Presidente, Suplente)

Elilde Mota de Menezes – SUFRAMA (Titular)

Marcílio de Freitas – Governo do Estado do Amazonas (Titular)

Adalberto Afonso Barbosa – MCT (Suplente)

Márcio Ramos de Oliveira – CNPq (Suplente)

Avílio Antônio Franco – FINEP (Titular)

Edson Barcelos da Silva - Governo do Amazonas (Suplente)

Saleh Mamud Abu Hamdeh – PIM (1º Titular)

Roberto Barcelar Alves Lavor – PIM (Suplente)

Manoel A. Soares Neto – PIM (Suplente)

Spartaco Astolfi Filho – Comunidade Científica (1º Titular)

Niro Higuchi – Comunidade Científica (2º Titular)

Coordenação Geral do Conselho de Administração da SUFRAMA – CGCAS:

Claudio Pereira Machado – Analista

Aldevandra Andrade - Analista

Convidado:

Fábio Alexandre Barreto da Silva – MCT

Coordenação Geral de Gestão Tecnológica – CGTEC/SUFRAMA:

Valéria S. Bentes

Alexandre José Antunes Neto

Luiz Eduardo Pinheiro Nistal

Maria Edileusa dos Santos

Marcos C. Souza

Lúcia Barroso F. Bussos

Kátia Lorena S. Esteves

William P. Kashimura

O presidente do CAPDA, em exercício, senhor Marcos Vinícius de Souza, MDIC, iniciou a reunião dando boas vindas aos membros presentes. Passou a pauta da reunião e colocou em votação a ata da última reunião.

I – EXPEDIENTE

1. VOTAÇÃO DA ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA do Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia – CAPDA, realizada em 06 de julho de 2009, em Brasília, DF, no Hotel Mercure Lider, SHN - Setor Hoteleiro Norte, Quadra 5 - BI - I, Asa Norte

- *Aprovada por unanimidade*

Deu prosseguimento a reunião comunicando ao Comitê, que em breve a Secretaria de Tecnologia Industrial passará a ser denominada Secretária de Inovação, que seria uma demanda antiga do Ministério, com a ajuda da ENAP, a Escola Nacional de Administração Pública, que auxiliou em todo o planejamento estratégico, bem como nas ações de PPA, com a participação de duas equipes do Ministério de Planejamento, uma de Planejamento e Investimento e a outra da Secretária de Gestão. Informou que esta secretária atuará como complemento às atividades do MCT, onde o Ministério de Ciência e Tecnologia transformaria o investimento em conhecimento e a Secretaria atuaria com o objetivo de acelerar a comercialização deste conhecimento. Informou que em mais um mês estará publicada a criação da Secretaria de Inovação, e atuará com dois departamentos, um de Fomento e Inovação, com atuação horizontal, em política de inovação, complemento nas ações do MCT, propriedade intelectual, metrologia e relação de conformidade. O outro departamento, de Tecnologias Inovadoras, atuará verticalmente, nos diversos setores de produção. Informou ainda, que outra demanda que surgiu durante reunião com o professor Francelino Grando e o secretário Elias do

MCT, de aprofundar os esforços aqui na Amazônia os esforços em investimentos, evitando a dispersão de recursos, das agências, como o BNDES e a SUFRAMA.

Elilde Mota de Menezes (SUFRAMA): solicitou a palavra para anunciar a presença de um novo comitente, a do professor Marcílio Freitas, o novo secretário da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas, no lugar do professor José Aldemir, desejando boas vindas.

Marcílio de Freitas (Governo do estado do Amazonas): saudou a todos e ressaltou que a filosofia do sistema de ciência e tecnologia do Estado do Amazonas, formado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, a Universidade do Estado do Amazonas, a Fundação de Amparo a Pesquisa, FAPEAM e o CETAM, Centro Tecnológico do Estado do Amazonas, continuará a mesma, com um voto de confiança do Governador, no sentido de ampliar e fortalecer suas ações. Lembrou que o sistema foi criado em 2003 e totalizou investimentos na ordem de R\$ 1, 380 bilhões, originados de recursos públicos; que a FAPEAM tornou-se a quarta potência em investimentos em pesquisa no Brasil, ressaltando que se considerado “per capita”, por pesquisador, seria a primeira agência; que a UEA é a sexta universidade pública do Brasil, em matrículas, com 45 mil alunos, em apenas oito anos de existência e que a nova orientação é a interiorização das estruturas de ciência e tecnologia no Estado do Amazonas, não somente os cursos de graduações, mas também as redes de pós-graduação; que as ações objetivaram a construção do desenvolvimento sustentável, de forma situada e localizada; que, com relação a formação, em 2007 o Amazonas tinha dezessete doutorados, sem nenhum doutorado na área tecnológica e atualmente a UEA estaria implantando 22 doutorados em conjunto com a SUFRAMA e outras Universidades no Brasil, criando a base estruturante, as inovações de rupturas, o que permitiria um desenvolvimento sustentável; que este sistema estará se alinhado com a SUFRAMA, MDIC, MCT, com Ministério do Meio Ambiente e principalmente com a sabedoria dos povos que construíram a geo-história da Amazônia e por último, enfatizou que está a disposição para tratar com todos os agentes responsáveis para solucionar os problemas do Centro de Tecnologia da Amazônia, CBA.

Marcos Vinícius de Souza (Coordenador, em exercício – MDIC): continuou a reunião, referindo-se ao segundo item da pauta, ORDEM DO DIA, às Proposições, correspondendo aos Relatórios de Avaliações de Desempenho para manutenção do credenciamento das Instituições no CAPDA e passou a palavra ao representante da SUFRAMA, senhor Elilde Mota de Menezes.

II - ORDEM DO DIA

3. PROPOSIÇÕES:

3.1 Relatórios de avaliação de desempenho para fins de manutenção do credenciamento:

- Centro de Pesquisa Leônidas e Maria Deane da Fundação Oswaldo Cruz;
- Departamento de Química, da Universidade Federal de Roraima – UFRR;
- INTERA Tecnologia;
- Escola de Arte e Turismo da Universidade Estadual do Amazonas - EAT/UEA;
- Fundação de Medicina Tropical do Amazonas - FMTAM;
- Fundação NOKIA de Ensino – FNE;
- Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Ocidental – CPAA/EMBRAPA;

- Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico – CDEAM, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM;
- Fundação Centro de Treinamento DANIEL EFRAIM DAZCAL – FDD;
- Departamento de Matemática – DM, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM;
- Centro de Estudos e Sistemas do Amazonas – CESAM.
- Departamento de Estatística, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM;
- Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Amazonas – DB/UFAM.

Elilde Mota de Menezes (SUFRAMA): explicou que as proposições de número 3.1, referem-se aos Relatórios de Avaliações de Desempenho para manutenção do credenciamento, lembrando ao Comitê que este procedimento foi estabelecido pelo CAPDA, que realiza relatórios periódicos para verificação do estágio em que elas encontram-se e conseqüentemente se mantém ou não o credenciamento. Informou que, dentre as relacionadas, apenas duas estariam sendo proposto o descredenciamento, uma a pedido, o CESAM e a outra instituição, o Departamento de Matemática da Universidade Federal do Amazonas, que não atendeu as visitas e os apelos que a Secretaria Executiva realizou em diversas oportunidades.

Marcos Vinícius de Souza (Coordenador, em exercício – MDIC): franqueou a palavra.

Avílio Franco (FINEP): questionou a Secretaria Executiva sobre qual seria o principal problema que levaria a uma instituição a ser descredenciada.

Elilde Mota de Menezes (SUFRAMA): respondeu que do CESAM foi a pedido e o Departamento de Matemática, da Universidade Federal do Amazonas, não atendeu um conjunto de requisitos estabelecido pela legislação para ser credenciado e depois para manter este credenciamento, ressaltando que após varias visitas e solicitações de informações sobre as atividades da Instituição não recebeu nenhuma resposta, ficando impossível de se avaliar a instituição, no caso, se a mesma mantém ou não as condições de seu credenciamento. Solicitou a Secretária Executiva, senhora Valéria Bentes, que completasse as informações.

Valéria Bentes (Secretária Executiva do CAPDA): explicou que são verificadas as condições que levaram ao credenciamento, tais como, a estrutura física, laboratórios, pessoal, pesquisadores e os projetos que estariam sendo desenvolvidos, reforçando que a mais de um ano e meio estariam tentando obter estas informações, completando que todas as tentativas de obtenção destas informações foram feitas pela Secretaria Executiva do CAPDA.

Adalberto Afonso Barbosa (MCT): levantou uma dúvida com relação ao descredenciamento do Departamento de Matemática, colocando que o Parecer comunica aos comitentes que este departamento conseguiu um projeto no âmbito do CNPq, que resultará em recursos para bolsas, etc. Sugeriu, portanto, que seja comunicado ao CNPq a atual situação do Departamento de Matemática.

Valéria Bentes (Secretária Executiva do CAPDA): informou que se for descredenciado poderá perder as parcelas.

Márcio Ramos de Oliveira (CNPq): explicou que a consequência do descredenciamento ocasionaria o encerramento deste projeto do Departamento de Matemática da UFAM junto ao CNPq, informando que este departamento concorreu ao Edital nº. 55/2008, onde um dos requisitos é que a instituição esteja credenciada e mantenha este credenciamento até o final do projeto. Reforçou sua preocupação com relação ao fato informando que este projeto já teria recebido recursos e a existência de bolsas em andamento.

Marcílio de Freitas (Governo do Amazonas): sugeriu como encaminhamento, que pelo fato de ter tido a Secretaria Executiva do CAPDA tratado diretamente com a chefia do departamento questionando a possibilidade da SUFRAMA acionar diretamente a instituição, através de um documento a Universidade Federal do Amazonas, a Reitoria, o que descartaria uma possível má gestão no departamento, e neste caso, em não havendo uma resposta, o Comitê ficaria bem mais a vontade para descredenciar este Departamento. Lembrou a todos que a UFAM passou recentemente por um processo eleitoral que poderia ter dificultado a obtenção das informações.

Saleh Hamdeh (PIM): cumprimentou a todos e sugeriu que seja tentado mais uma vez a obtenção das informações, evitando a perda dos recursos alocados, via CNPq.

Lavor (PIM): explicou que apesar de não concordar com a postura dos profissionais deste departamento se colocou a favor da sugestão, lembrando, no entanto, que este posicionamento do Comitê deverá ter com todas as demais instituições que a Secretaria Executiva sugerir para descredenciamento.

Spartaco Astolfi Filho (Comunidade Científica): reforçou a situação do Departamento que além da alteração da diretoria houve alteração física do departamento e colocou-se a favor da sugestão, reforçando que se as informações não chegarem até a próxima reunião, está será descredenciada.

Niro Higuchi (Comunidade Científica): perguntou a Secretária Executiva do CAPDA se o Departamento quando descredenciado poderia solicitar um novo credenciamento. A Secretária respondeu que sim, no prazo de dois anos para solicitar novamente. Portanto, sugeriu o descredenciamento, como exemplo.

Avílio Franco (FINEP): ressaltou que como o caso envolve bolsista e um programa em andamento, concordou em dar mais uma oportunidade, lembrando que o Comitê não deveria tirar a autoridade da Secretaria Executiva, que sempre desenvolveu um trabalho sério, sugerindo como complemento a idéia inicial que a Reitoria seja comunicada e que seja dado até um mês, mas que a Secretaria Executiva do CAPDA já tenha a autonomia dada por este Comitê para descredenciar automaticamente, em todos os casos.

Adalberto Afonso Barbosa (MCT): colocou-se a favor da sugestão do professor Marcílio Freitas, representante do Governo do Estado e com as colocações do representante da FINEP.

Elilde Mota de Menezes (SUFRAMA): com a afirmação do representante do CNPq, informou que o descredenciamento ocasionaria a devolução dos recursos já repassados o que poderia não estar em orçamento.

Valéria Bentes (Secretária Executiva do CAPDA): explicou que os senhores Altigram, antigo comitente do CAPDA e o senhor Edleno Silva de Moura, Primeiro Suplente da

Comunidade Científica, professor Titular da UFAM, foram contatados pela Secretaria Executiva e reforçaram junto ao Departamento de Matemática, mas não houve resposta.

Marcos Vinícius de Souza (Coordenador, em exercício – MDIC): *colocou em votação duas propostas: a primeira seria a exclusão com devolução dos recursos e a segunda seria um reforço na comunicação, tanto com o Departamento de Matemática da UFAM, como a Reitoria da Universidade, relatando toda a situação, com o prazo de 30 (trinta) dias para responder as solicitações da Secretaria Executiva do CAPDA e no caso do não atendimento das solicitações a Secretaria Executiva do CAPDA poderia, automaticamente descredenciá-la, o que foi aprovado por unanimidade. Colocou ainda em votação o pedido de descredenciamento da CESAM e da aprovação dos demais relatórios que sugerem a manutenção do credenciamento das demais Instituições, também sendo aprovado por unanimidade.*

Adalberto Afonso Barbosa (MCT): questionou ainda, com relação ao relatório do CESAM, referente ao projeto realizado com a FITRONICS (sic), que o mesmo não teria sido feito pelo CESAM e sim por funcionários de outras instituições, a MURAKI e a escola Superior de Tecnologia, o que estaria em desacordo com a resolução de credenciamento, e perguntou como ficaria a situação deste projeto, se os recursos serão glosados e a empresa teria que ressarcir estes recursos ou seria considerado um extra convênio.

Valéria Bentes (Secretária Executiva do CAPDA): respondeu que é a empresa que tem a responsabilidade de comprovar as aplicações dos recursos, através de relatórios e que não seria possível acatar o projeto quando não atende a legislação, portanto os recursos serão glosados e a empresa poderia ficar em uma situação de devedora, devendo devolver os valores, que é o caso da empresa FITRONICS.

Adalberto Afonso Barbosa (MCT): questionou se haveria a possibilidade deste projeto ser considerado não conveniado, mas aceito pela Secretaria Executiva.

Valéria Bentes (Secretária Executiva do CAPDA): explicou que quando não é possível não acatar e é considerado P&D, este projeto pode ser internalizado e nesta situação não teria a exigência de um convênio com uma instituição.

Marcos Vinícius de Souza (Coordenador, em exercício – MDIC): *colocou em votação o descredenciamento, a pedido, da CESAM, o que foi aceito por unanimidade.*

Avílio Franco (FINEP): solicitou esclarecimento com relação ao assunto levantado pelo representante do MCT, quando uma instituição foi autorizada pelo CAPDA a pegar recursos com uma empresa e esta terceirizou a execução, se o CAPDA teria responsabilidade ou seria uma simples decisão da empresa.

Valéria Bentes (Secretária Executiva do CAPDA): respondeu que a Secretaria entende que é a empresa que realiza o convênio com a instituição, teria que estar ciente do que está sendo conveniado, portanto é de responsabilidade da empresa. Ressaltou que existe a possibilidade da instituição dividir o projeto, uma parte seria realizada por ela e a outra com uma instituição qualquer, formalizando parcerias. Explicou que neste caso a instituição não pode passar os recursos para outra instituição, completamente, para desenvolver o projeto.

Avílio Franco (FINEP): colocou que alguma coisa deveria ser feito.

Elilde Mota de Menezes (SUFRAMA): informou que o máximo que se poderia fazer é descredenciá-la, o que já está sendo feito, na verdade, sendo solicitado.

Avílio Franco (FINEP): ponderou que neste caso a empresa poderia ser punida, mas a instituição que agiu de forma errada, portanto o CAPDA estaria punindo a “pessoa” errada, ressaltando que potencialmente a empresa poderia ser punida.

Adalberto Afonso Barbosa (MCT): colocou que perante a legislação a responsabilidade do projeto é da empresa, ela fez o convênio com a instituição. Explicou que a não aceitação do projeto ocasionaria a glosa do valor, dentre outros motivos, o não enquadramento em P&D, a não apresentação de informações para o corpo técnico. A instituição que estiver agindo de forma indevida poderia ser descredenciada pelo CAPDA.

Edson Barcelos (Governo do Estado): lembrou aos comitentes que este fato deveria ser comunicado aos credenciados, que estes não teriam o direito de intermediar recursos e sim executar.

Valéria Bentes (Secretária Executiva do CAPDA): lembrou que a Resolução determina claramente isso.

Adalberto Afonso Barbosa (MCT): levantou mais dois pontos com relação aos relatórios: o primeiro seria com relação a INTERA e a DIGITRON, credenciada pelo CAPDA e pelo CATE, e manifestou uma preocupação com relação às empresas que criam institutos, mas estes institutos pareceriam mais uma extensão da própria empresa do que uma instituição de pesquisa e desenvolvimento, e que muitas vezes estão fisicamente dentro ou ao lado da empresa. Colocou que já sugeriu ao Secretário do Ministério que se coloque uma condição de credenciamento que minimize este problema. Mostrou que esse aspecto causa um conflito, uma distorção, com a proposta da Lei, que seria de fazer projetos próprios e conveniados com instituições de pesquisa e desenvolvimento e estes casos estariam mostrando, muitas vezes, uma relação “incestuosa” entre a empresa e o instituto.

Valéria Bentes (Secretária Executiva do CAPDA): explicou que a INTERA apresenta apenas um laboratório dentro da DIGITRON e a maior parte está localizado distante da empresa.

Saleh Hamdeh (PIM): lembrou a todos que isso foi amplamente debatido no passado, durante o credenciamento destas instituições. Colocou ainda que o próprio representante do MCT, durante o credenciamento, informou que a Procuradoria do próprio MCT não teria base legal para impedir essas situações.

Roberto Lavor (PIM): colocou que entende a preocupação do representante do MCT, entretanto, ressaltou que *“o fato do centro de pesquisa criado pela instituição está próximo, dentro, ou alguma coisa, não vejo nenhum um impeditivo nisso. Ter que estar fisicamente longe! Pelo contrário, quanto mais próximo da estrutura produtiva melhor será para que esse desenvolvimento ou esta pesquisa possa tentar ser aplicada diretamente na empresa. Nós temos que tomar cuidado e temos elementos para isso, a própria legislação já prevê, é verificar se a instituição está cumprindo o que está na legislação e isso o CAPDA tem feito, na Secretaria, fazendo as avaliações, se existem recursos humanos qualificados, se existe a pesquisa efetivamente, se a pesquisa deu resultado, etc. Eu entendo a preocupação, do colega Adalberto, mas eu não estou muito de acordo com a questão física...”* (sic).

Adalberto Afonso Barbosa (MCT): ponderou com relação ao aspecto jurídico, colocado pelo representante do PIM, senhor Saleh, que o CAPDA e o CATE poderiam em suas resoluções estabelecer parâmetros, “*condições de contornos*” (sic), que convergiriam para os princípios da Lei de Informática.

Marcílio de Freitas (Governo do Estado): ressaltou aos comitentes que o Estado teria uma propositura muito objetiva, que quando se tratar de tributos, este teria uma relação direta com política pública, seja estadual ou federal e caberia a intervenção do Estado. Ponderou que o ideal seria que cada empresa tivesse seu departamento de inovação e pesquisa, mas em se tratando de tributos governamentais caberia a intervenção.

Roberto Lavor (PIM): agradeceu as colocações do Secretário e lembrou que no CAPDA, a classe empresarial, sempre reconheceu o excelente trabalho realizado pelo Governo do Estado do Amazonas, através de sua Secretaria de Ciência e Tecnologia, lembrando que as empresas privadas recolhem ao cofre do Governo do Estado recursos bastante significativos destinados a Universidade do Estado do Amazonas, a UEA. Ressaltou ainda que em relação ao projeto, ser de empresa pública ou privada, quem acompanha a Lei de Informática, saberia que onde existir bons projetos a empresa privada irá atrás e reforçou sua colocação lembrando que a Lei permite que a empresa privada crie redes com as intuições públicas, e concluiu, enfatizando que se todos os recursos migrarem apenas para as instituições públicas, este Comitê estaria incentivando a improdutividade. Colocou que interação entre a empresa pública e privada é importante, que o empresário estaria fazendo a sua parte e necessitaria da opção de escolher qual e quais os melhores projetos e instituições para aplicação de seus recursos, e na condição de uma escolha errada caberia a aplicação da Lei.

Marcos Vinícius de Souza (Coordenador, em exercício – MDIC): retornou a palavra ao representante do MCT, senhor Adalberto Barbosa, para a conclusão de seus comentários.

Adalberto Afonso Barbosa (MCT): explicou que o segundo comentário se referia a Fundação NOKIA de Ensino com relação a recomendação do relatório, que seu corpo técnico procure melhorar com relação a graduação e capacitação através de um programa de pós-graduação “*stritus sensus*”, e questionou se seria a Fundação NOKIA que realizaria o programa de pós-graduação ou seus técnicos que iriam para o programa de pós-graduação em uma Universidade.

Valéria Bentes (Secretária Executiva do CAPDA): respondeu que a recomendação é que a Fundação viabilize um programa de capacitação neste nível de seu corpo técnico a título de recomendação, e que não seria um fato impeditivo para manutenção seu credenciamento.

Marcos Vinícius de Souza (Coordenador, em exercício – MDIC): após os esclarecimentos, passou para o próximo item da pauta, ASSUNTOS DE ORDEM GERAL, referindo-se a proposta de Portaria, elaborada pela SUFRAMA, referente ao Pro-TI, demandado na última reunião, objetivando a criação de um grupo para definir as ações e diretrizes do programa. Passou a palavra para o representante da SUFRAMA, senhor Eliide Mota de Menezes.

III – ASSUNTOSA DE ORDEM GERAL

- Proposta de minuta de Portaria da SUFRAMA, constituindo o grupo de trabalho para atuar na definição de diretrizes e ações no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologia da Informação na Amazônia – Pro-TI, conforme solicitação do CAPDA, ocorrida na última reunião deste comitê, realizada em Brasília, no dia 06 de julho de 2009; e

Elilde Mota de Menezes (SUFRAMA): lembrou que o programa foi criado pelo Decreto nº. 6.008/09; que este estabeleceu que o acompanhamento dos recursos fosse realizado pela SUFRAMA; que os recursos são originados de glosas de aplicações feitas fora de prazos; que o grupo formado, no primeiro momento, por representantes da Secretaria de Ciência e Tecnologia, Comunidade Científica e SUFRAMA, elaborou as propostas que foram discutidas no Comitê; que estas discussões geraram os Termos de Referências que estão na FINEP e CNPq para gerarem os editais. Esclareceu que a Portaria, em discussão, teria a finalidade de indicar de forma clara e eficaz a aplicação destes recursos, oficializando a criação de um grupo de trabalho do CAPDA para atuar neste sentido. Apresentou a proposta para discussão.

PORTARIA SUFRAMA Nº xxx, DE xx DE xx DE 2009

Institui o Grupo de Trabalho para atuar na definição de diretrizes e ações no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologia da Informação na Amazônia – Pro-TI – Amazônia.

A SUPERINTENDENTE DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19 do Decreto nº 6.372, de 14 de fevereiro de 2008, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO as disposições do § 18, do art. 2º Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004, e art. 35 do Dec. nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006,

CONSIDERANDO as disposições da Portaria SUFRAMA nº 323, de 7 de julho de 2007, resolve:
Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho com o objetivo de indicar as áreas, os programas e os projetos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação e propor as linhas de investimento e de fomento dos recursos financeiros destinados ao Pro-TI - Amazônia.
Art. 2º O Grupo de Trabalho de que trata esta Portaria será constituído de representantes (titular e suplente), conforme a seguir discriminado:

I - SUFRAMA;

II - Governo do Estado do Amazonas, representado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECT/AM.

III – Representação CAPDA do Pólo Industrial de Manaus;

IV – Representação CAPDA da Comunidade Científica da Amazônia Ocidental; e

V – Representação dos Centros ou Institutos de Pesquisa Privados, da área de TI, de Manaus.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será coordenado pelo (a) representante da SUFRAMA e reunir-se-á sempre que houver necessidade de discutir as diretrizes e disciplinar ações no âmbito do Programa.

Art. 4º A (o) Coordenador (a) do Grupo de Trabalho compete convocá-los, coordenar as reuniões, definir pautas, conduzir as discussões correspondentes e o andamento dos trabalhos.

Art. 5º Aos demais integrantes do Grupo de Trabalho compete participar das reuniões, das discussões e dos trabalhos relacionados com as atividades do Grupo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO

Fábio Alexandre Barreto (convidado, MCT): sugeriu que o grupo tivesse um representante da FINEP e do MCT.

Marcos Vinícius de Souza (Coordenador, em exercício – MDIC): questionou de que forma seria operacionalizado a ações deste grupo e se seria submetido ao CAPDA, suas decisões.

Elilde Mota de Menezes (SUFRAMA): respondeu que sim; que seria trazido para discussão no Comitê e que a operacionalização seria feito ou pela FINEP ou CNPq. Lembrou ao Comitê a existência de uma portaria da SUFRAMA que estabeleceu os procedimentos do programa; que a portaria em discussão reforçaria a participação do CAPDA na formatação dos projetos que serão apoiados por estes recursos.

Avílio Franco (FINEP): colocou que este grupo definirá para onde irão os recursos e o Comitê não terá ingerência sobre essa definição.

Elilde Mota de Menezes (SUFRAMA): reforçou que o grupo indicará, lembrando que a idéia foi discutida anteriormente e o Comitê ratificou; o que se estaria apresentando é a formalização idéia.

Avílio Franco (FINEP): ponderou que este Comitê fará a prospecção dos projetos e das oportunidades e sugeriu que sua formação seja com o pessoal local. Questionou, no entanto, sobre a representação do CAPDA do Pólo Industrial, se seria um representante das indústrias ou o representante do PIM, aqui do CAPDA.

Elilde Mota de Menezes (SUFRAMA): respondeu que seria um dos representantes do PIM no CAPDA. Reforçou que todos serão representantes do Comitê.

Valéria Bentes (Secretária Executiva do CAPDA): lembrou que a Portaria criaria o grupo que decidiria onde e como serão aplicados os recursos do programa e para se definir esta aplicação o Comitê teria que saber na FINEP os recursos que serão disponibilizados.

Adalberto Afonso Barbosa (MCT): concordou com o representante da FINEP com relação a representação no grupo ser regional.

Spartaco Astolfi Filho (Comunidade Científica): levantou uma dúvida com relação às “CONSIDERAÇÕES”, na Portaria, que se referia a Portaria da SUFRAMA, nº. 323 de 7 de julho, se a comissão seria propositiva.

Elilde Mota de Menezes (SUFRAMA): colocou que o Decreto nº. 6.008, estabeleceu que o Pro-TI seria gerenciado pela SUFRAMA com o apoio e assessoramente do CAPDA; que a SUFRAMA instituiu uma portaria, a Portaria nº. 323/2009, onde é ratificada está situação; que a criação deste grupo, nesta reunião, é para fazer as discussões e as indicações, formalmente.

Marcos Vinícius de Souza (Coordenador, em exercício – MDIC): *colocou em votação o texto da minuta de Portaria o que foi aprovado por unanimidade.* Continuou, passando para o segundo ponto na pauta, assunto da próxima reunião, passando a palavra para o representante da SUFRAMA, senhor Elilde de Menezes.

- Proposta de agendamento de reuniões para retomada da discussão sobre o aperfeiçoamento dos critérios para credenciamento/descredenciamento de centros ou institutos de pesquisa, ou entidades brasileiras de ensino, oficiais ou reconhecidas aprovados pela Resolução nº. 02, de 10 de abril de 2007, a ser realizada em Manaus, nos dias 17 e 18 de outubro de 2009, no auditório da SUFRAMA, através de Reunião Extraordinária, visando dar continuidade a esse assunto abordado na 4ª Reunião Extraordinária deste Comitê.

Elilde Mota de Menezes (SUFRAMA): referindo-se ao tópico, reforçou a necessidade de se discutir o assunto com as dúvidas levantadas durante a reunião com relação ao credenciamento de instituições, se está ou não em um local apropriado, se o instituto tem ou não uma relação incestuosa com a empresa, etc. Explicou que o assunto seria discutido em uma reunião específica, extraordinária, com mais tempo para as discussões, neste caso, de caráter conceitual. Sugeriu a realização nas datas de 26 e 27 de outubro, explicando que em uma das datas seria destinada a reunião ordinária e na outra a extraordinária.

Marcos Vinícius de Souza (Coordenador, em exercício – MDIC): colocou que as datas teriam problema com a sua agenda e a agenda do professor Francelino Grando. O Comitê passa a discutir as datas.

Avílio Franco (FINEP): sugeriu que se iniciem as reuniões às nove horas.

Marcos Vinícius de Souza (Coordenador, em exercício – MDIC): *sugeriu os dias 28 e 29 de outubro, o que foi aceito por todos.*

Roberto Lavor (PIM): sugeriu que seja resgatado o histórico sobre o assunto e enviado por e-mail aos comitentes.

Marcos Vinícius de Souza (Coordenador, em exercício – MDIC): *solicitou a Secretaria que envie a todos as informações sobre as discussões realizadas sobre o tema.* Passou a apalavra ao representante da Comunidade Científica, professor Spartaco Astolfi Filho.

Spartaco Astolfi Filho (Comunidade Científica): informou aos comitentes a situação dos recursos aprovados para as ações transversais, da ordem de R\$ 2 milhões, para rede BIONORTE. Explicou que na montagem da estrutura do programa, assumiu como presidente do Conselho Científico e sugeriu que a FINEP, o MCT ou o CNPq se manifestassem a respeito.

Fábio Alexandre Barreto (convidado, MCT): informou que este recurso do CT-Amazônia está alocado em um grande Edital do CNPq que ainda seria lançado. Explicou que o recurso é formado por várias fontes, as dos Fundos setoriais, das FAPS (sic) e das Secretarias de Estado; que houve uma demora para consolidar o documento; que o valor do Edital seria de R\$ 17 milhões, sendo que R\$ 13 milhões dos Fundos Setoriais, R\$ 2 milhões do CT-Amazônia e aproximadamente R\$ 4,7 milhões das FAPS (sic) e das Secretarias de Estado de Ciência e Tecnologia.

Spartaco Astolfi Filho (Comunidade Científica): comentou a respeito da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal, a BIONORTE para os comitentes presentes, explicando que este estaria ligado a um programa prioritário do CAPDA, o de biotecnologia, o PRODEBIO e foi baseado no programa chamado RENORBIO, criado no nordeste com objetivo de formar doutores em biotecnologia; informou que o Conselho

Científico, foi formado por um representante e um suplente de cada Estado; que o representante do Acre sugeriu que cada Estado tivesse um comitê local, o que foi feito; que atualmente dos 75 cursos de mestrado e doutorado em biodiversidade e biotecnologia, a maioria é de mestrado, mas nenhum com classificação CAPES 6 ou 7, sendo a maioria de classificação 3, 4 e apenas três são 5. Ponderou, colocando que não seria possível criar a rede, pois a CAPES determina que um professor do quadro permanente só possa participar de dois programas de quadro permanente e o colaborador poderia atuar em vários cursos. Colocou, entretanto, que quando o colaborador entra no curso a pontuação decai, pois o número dos trabalhos, destes colaboradores é pequeno e só contaria os publicados; que com a criação de um novo programa este teria que ter um grupo permanente, formado por professores de grupos permanentes de outros cursos, conseqüentemente, esvaziando o curso de origem. Ressaltou que não há excesso de professores; que o Conselho Científico sugeriu o envio de uma carta a CAPES, ao professor Jorge Guimarães, no sentido de que se o programa fosse uma rede, o professor pudesse participar de três núcleos permanentes; que foi feito, através do MCT para CAPES; que foi acionado o Fórum de Pró-Reitores das Universidades Brasileiras, especificamente o Sub-Fórum da Amazônia; que foi contatado também o novo Comitê de Biotecnologia, de avaliação na CAPES; que o Conselho Superior da CAPES irá decidir, com boas perspectivas. Informou ainda, que o Conselho Científico do BIONORTE sugeriu ainda, no sentido de preservar os recursos, a elaboração de projetos de redes que dinamizassem as cadeias produtivas e considerassem a formação, principalmente, de doutores, em redes formadas, por pelo menos três Estados da Amazônia e dois Estados, com a ciência e tecnologia mais desenvolvidas, garantindo que todos os Estados da região norte sejam atendidos com recursos. Explicou que todas estas considerações estariam sendo atendidas no Edital que seria lançado no início de outubro de 2009, com recursos na ordem de R\$ 11 milhões do CT-Agro e do CT-Hidro, R\$ 2 milhões do CT-Amazônia e os demais recursos originados dos Estados.

Marcílio de Freitas (Governo do Estado): reforçou as considerações do professor Spartaco Astolfi Filho e informou que o Estado do Amazonas apóia a rede, que esta rede é estratégica e recomendou ao MCT que cada aluno deste programa seja também um empreendedor.

Spartaco Astolfi Filho (Comunidade Científica): ponderou que no Edital haveria a solicitação que os projetos já fossem efetivados com empresas.

Avílio Franco (FINEP): parabenizou a rede, mas ponderou com relação à solicitação do Conselho Científico enviado a CAPES, que esta, iria contra os institutos tecnológicos e de pesquisa na formação de pessoal, ampliando a participação dos professores e mantendo excluídos os pesquisadores dos institutos tecnológicos.

Spartaco Astolfi Filho (Comunidade Científica): ressaltou ao representante da FINEP que não se estaria fazendo isso, por causa do permanente. Exemplificou a proposta do Comitê, o programa criado em Manaus, com apoio da SUFRAMA, em 2002, o Programa Multinstitucional de Pós-Graduação em Biotecnologia, com a participação da EMBRAPA e o INPA, onde o pesquisador da EMBRAPA viria participar no corpo permanente e não como um colaborador.

Avílio Franco (FINEP): colocou que não poderia.

Spartaco Astolfi Filho (Comunidade Científica): explicou que em rede poderia e a CAPES aceita. Lembrou que a idéia no Conselho Científico é da competência total.

Avílio Franco (FINEP): sugeriu uma reflexão, que alterasse a proposta, onde o tratamento tenha que ser igual, produtividade total do pesquisador, do professor, teria que entrar a produtividade total do colaborador.

Spartaco Astolfi Filho (Comunidade Científica): concordou com o representante da FINEP, “participando, teria que se considerar a produção total” (sic), entretanto ponderou que estrategicamente, para o grupo, seria mais importante e mais fácil conseguir a flexibilização do quadro dos “permanentes”, de três “permanentes”, do que tentar resolver este problema, que seria muito mais difícil e demorado.

Avílio Franco (FINEP): reforçou sua posição colocando que é a partir daqui, da Amazônia, que isso teria que ser “enfiado na cabeça” (sic) da CAPES, criaria mais sinergia.

Fábio Alexandre Barreto (convidado, MCT): após as discussões, solicitou a inclusão de um item a mais na próxima pauta que seria a “Programação Orçamentária para 2010”. Explicou que o Projeto de Lei já estaria no Congresso, os recursos já estariam alocados e o Comitê poderia discutir na próxima reunião.

Elilde Mota de Menezes (SUFRAMA): antes de finalizar, solicitou a palavra, comunicando a distribuição da revista SUFRAMA HOJE, que informa a participação da SUFRAMA na 61ª Reunião SBPC em um dos seminários, apresentando uma sugestão para melhoria da governança em ciência, tecnologia e inovação, com a inclusão do tema “educação”. Informou que a proposta estaria sendo formatada e seria trazido para conhecimento e discussão a nível local. Lembrou aos comitentes para que agendem, do dia 25 a 28 de novembro de 2009, no STUDIO 5, a 5ª Edição da Feira Internacional da Amazônia, e reforçou a importância da participação de todos. Informou que o evento seria lançado no dia 7 de outubro, em São Paulo, na FIESP, e no dia 14 de outubro em Brasília, no Centro de Convenção Brasil 21.

Marcos Vinícius de Souza (Coordenador, em exercício – MDIC): agradeceu a participação de todos e deu por encerrado a reunião.

Brasília, DF, 14 de outubro de 2009.

Elilde Mota de Menezes
Secretário Executivo – CAPDA

Marcos Vinícius de Souza
Presidente, em exercício – MDIC